S.R. DO TRABALHO

Aviso Nº SN/1984 de 2 de Novembro

Faz-se público que, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do presente Aviso no *Jornal Oficial*, está autorizada, por Despacho do Secretário Regional do Trabalho de 3 de Outubro do corrente ano, a abertura de concurso para provimento de 2 lugares de Sub-inspector de 2ª. classe do quadro de pessoal do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego e para as que vierem a vagar para idêntica categoria durante o respectivo prazo de validade.

De acordo com o regulamento dos concursos para lugares de ingresso e acesso dos quadros de pessoal dos Serviços e Organismos da Secretaria Regional do Trabalho, aprovados por Despacho Normativo nº. 90/84, publicado no Suplemento ao *Jornal Oficial*, 1ª. Série, nº. 24, de 10 de Julho, compete genericamente ao Sub-inspector do GRGFD examinar nas instalações dos contribuintes a documentação necessária à determinação da matéria colectável e verificar as guias de pagamento do imposto; elaborar relatórios relativos à fiscalização efectuada, determinando a matéria colectável, as taxas aplicáveis e o imposto devido em ordem a possibilitar a respectiva liquidação pelos serviços internos.

Estas funções serão remuneradas pelo vencimento correspondente à letra «O» da tabela de vencimentos dos trabalhadores da Função Pública, durante o estágio pelo vencimento correspondente à letra «M» da referida tabela com o ingresso na carreira.

Este concurso é válido pelo prazo de 2 anos, a contar da data da abertura do concurso.

São requisitos gerais de admissão os constantes do artigo 13º. do referido Regulamento;

- a) Ter nacionalidade portuguesa;
- b) Ter 18 anos completos até à data do encerramento do prazo de candidatura;
- c) Possuir as habilitações literárias e qualificações profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo até à data do encerramento do prazo de candidatura;
- d) Ter cumprido as leis de recrutamento militar, quando se trate de candidato do sexo masculino;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física necessária e não sofrer de doença contagiosa, particularmente tuberculose evolutiva ou contagiosa, e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

Poderão ser opositores a concurso todos os indivíduos vinculados à Administração Regional habilitados com o 2.º ciclo liceal ou equivalente e condicionalmente os indivíduos estranhos à Administração Regional, sendo a candidatura destes últimos apenas considerada no caso de não haver número suficiente de candidatos.

Os métodos de selecção a utilizar nos termos do artigo 42º. do já referido Regulamento dos Concursos, são

- a) Prova de conhecimentos para admissão a estágio;
- b) Estágio com aproveitamento.

A prova de conhecimentos incidirá sobre as matérias aprovadas por Despacho Normativo nº. 145/84, publicado no Suplemento ao *Jornal Oficial* nº. 30, 1ª. Série de 21 de Agosto.

Os requerimentos de admissão a concurso, deverão ser feitos em papel selado e conter os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade e nacionalidade, data de nascimento, número e data do Bilhete de Identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais (especializações, estágios seminários, acções de formação, cursos pós-graduação, etc.);
- d) Experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata e menção expressa, tratando-se de indivíduos já vinculados à função pública, da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo e antiguidade na actual categoria e na função pública;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar por serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

Conjuntamente com o requerimento de admissão a concurso os candidatos deverão formalizar a sua candidatura apresentando documento comprovativo das habilitações literárias, curriculum vitae detalhado, caso estejam vinculados à função pública deverão apresentar declaração dos serviços a que se acham vinculados da qual conste a natureza do vínculo, categoria funcional que detêm, a respectiva antiguidade bem como a classificação de serviço;

Os candidatos que sejam funcionários da Secretaria Regional do Trabalho são dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais.

O documento comprovativo das habilitações literárias poderá ser dispensado desde que os interessados declarem nos respectivos requerimentos, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram e aponham uma estampilha fiscal de 100\$00 (tabela geral do imposto de selo).

As candidaturas dirigidas ao Secretário Regional do Trabalho poderão ser entregues directamente no Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego, Rua de Santa Luzia, nº. 5, 2º. - 9500 Ponta Delgada, ou remetidas pelo correio com aviso de recepção.

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI:

PRESIDENTE: André Cândido Campos Vicente
Director do Gabinete Regional de Gestão do Fundo de Desemprego

VOGAIS

EFFECTIVOS: José Maria Gamboa de Gonçalves Dias
Inspector do Trabalho, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.
José Carlos Faria da Câmara
Técnico Superior de 2ª. classe

SUPLENTE: Zita Maria Medeiros Correia
Técnico Superior de 2ª. classe
António Manuel de Melo Medeiros
Técnico Superior de 2ª. classe

Secretaria Regional do Trabalho, 4 de Outubro de 1984. — O Secretário Regional do Trabalho, *Octaviano Geraldo Cabral Mota*.